



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

IADIRA ANTONIO IMPANTA

MULHERES GUINEENSES NA TOMADA DE DECISÕES POLÍTICAS
(1994-2014)

REDENÇÃO, 2017

IADIRA ANTONIO IMPANTA

**MULHERES GUINEENSES NA TOMADA DE DECISÕES POLÍTICAS
(1994-2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo do Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Licenciado em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

REDENÇÃO, 2017

IADIRA ANTONIO IMPANTA

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo do Curso de Licenciatura em Sociologia de Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Licenciado em Sociologia.

Aprovado em 11 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Ricardo Ossagô de Carvalho

Orientador e presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Janaina Campos Lobo

Examinadora Prof.ª Dr.ª Janaina Campos Lobo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Artemisa Odila

Examinadora Prof.ª Dr.ª Artemisa Odila Candé Monteiro- Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Resumo

O estudo tem como foco central compreender os desafios da participação feminina na tomada de decisões políticas, e se tem impacto ou não na contribuição da emancipação feminina na Guiné-Bissau. Como recorte temporal trabalhei a partir do ano de 1994, sendo ano de abertura política, democratização na Guiné-Bissau e realização das primeiras eleições a 2014 ano das últimas eleições gerais na Guiné-Bissau. O trabalho analisou a participação feminina na política internacional, com ênfase na análise do protagonismo e da tomada de decisões políticas, econômicas, de seguranças e representações diplomáticas dessa população. Os dados coletados para a elaboração desse trabalho estão relacionados a diferentes questões que dizem respeito as mulheres, principalmente a questão de equidade de gênero. Ao examinar a questão da mulher na política internacional desejamos retirá-la do papel subordinado que geralmente desempenham em tais processos e tentar entender suas aspirações e objetivos.

No seio familiar a mulher é vista como aquela que acompanha e obedece ao pai e/ou o marido, e demais parentes do sexo masculino, jamais como sujeito do processo. Nesse contexto, é importante perceber que a tomada de decisão por parte das mulheres não é resultado apenas de uma escolha racional, mas também de estratégias familiares nas quais homens e mulheres estão inseridos, contribuindo para rearranjos das relações familiares e de gênero.

Palavras-chaves: política, decisões, mulheres, gênero, Guiné-Bissau

ABSTRACT

This research aims to perceive the challenges of women's participation in political decision-making process and if it has or not an impact on women's empowerment in Guinea-Bissau. As the temporal cut, I started from 1994 as the year of political opening, in this case, democratization in Guinea-Bissau and holding of the first elections to 2014, the year of the last general elections in Guinea-Bissau. This research scrutinized the participation of women in international politics, with an emphasis on the analysis of the political and economic protagonism and decision making process, security and diplomatic representations of this population. The data collected for the elaboration of this work are related to different issues that concern women, especially the issue of gender equity. In examining the matter of woman in international politics we wish to remove it from the subordinate role they usually play in such processes and try to figure out their aspirations and goals. Inside the family the woman is seen as the one who needs to accompany and obey the father or the husband, and other male relatives, but never as subject of the process. In this situation, it is important to realize that women's decision-making is not only the result of a rational choice, but also of the family strategies in which men and women are interpolated, contributing to the rearrangement of family and gender relations.

Key words: politics, decisions, women, gender.

1 - INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do projeto de pesquisa que será desenvolvida no mestrado em Antropologia Social e/ou Relações Internacionais dos programas de pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileira e/ou estrangeiras, objetiva, portanto, fazer uma pesquisa sobre a participação políticas das mulheres guineenses, tendo foco sobre as questões de relações de gênero, por acreditar que as mulheres têm sido as mais desfavorecidas e que recorrentemente sofrem violações de direitos humanos. O trabalho tem relação com as pesquisas feitas por outros especialistas das áreas humanas, sendo o caso específico a Guiné-Bissau. Acredito na grande importância desse trabalho para África, assim como para sociedade guineense como forma de pensar nas políticas públicas destinadas a camada feminina, nas ciências sociais e principalmente na literatura da política internacional.

Apesar do significativo crescimento do estudo de gênero nas ciências humanas e dentro das Relações Internacionais, a análise sobre a participação feminina africana, pouco esforço tem sido dedicado a compreender como a entrada de um ator com crescente peso no cenário internacional tem impactado nas relações africanas dos estudos sobre gênero e feminismos. A continuação dos meus estudos na área de Relações Internacionais, e ou Antropologia Social em nível de Mestrado, poderá ajudar esclarecer melhor a compreensão da política internacional contemporânea da África e da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau, em particular, é um país onde existe poucos recursos humanos relativos a profissionais burocráticos docentes e ao quadro de cientistas sociais, um motivo que torna mais relevante o desenvolvimento de um trabalho desta natureza está relacionado ao fato de que a bibliografia sobre as relações internacionais na África não ter, ainda, sido capaz de focar as idiosincrasias do processo da participação feminina nas tomadas de decisões políticas. Num país que tem poucos quadros na área de Antropologia Social, Ciência Política e Relações Internacionais, então, estudar essa realidade como parte inicial nesse artigo e que terá maiores desenvolvimentos na dissertação possibilitará conhecer os entraves e os avanços nos processos sociais do protagonismo feminino no aspecto doméstico e principalmente internacional, contribuindo tanto para o aumento de qualificação das instituições de pesquisas quanto para o quadro dos docentes.

Para a realização desse trabalho de pesquisa, o método utilizado para a coleta e análise de informações é o qualitativo, pois a sua expressão designa de formas genéricas

diversas técnicas entre as quais: a observação participante, a entrevista em profundidade (individual ou grupal)

O método qualitativo - a observação direta e participante – fizeram presente durante a pesquisa. Strauss & Corbin (1990) definem a pesquisa qualitativa como sendo aquela em que os resultados obtidos não são provenientes dos procedimentos estatísticos ou outros de quantificação. Segundo Triviños (1994), muitas pesquisas de natureza qualitativa não precisam apoiar-se na informação estatística, isto não significa que sejam especulativas. Elas têm um tipo de objetividade e de validade conceitual, que contribui decisivamente para o desenvolvimento do enfiamento científico.

Com isso, o artigo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica sobre as literaturas de gênero nas ciências sociais, política doméstica envolvendo questão do gênero e assuntos que falam da participação feminina na vida pública, privilegiando diferentes aspectos concernentes às correntes teóricas mais próximas desse tema, o que atrai mais atenção para esse tipo de análise. Além do mais, buscamos aspectos teóricos que faz parte do pressuposto de explicação dos fenômenos da política internacional e a questão no gênero através do desenvolvimento de determinadas instituições políticas no tocante às origens das funções desenhadas durante o processo em curso, medindo a autenticidade dos conflitos existentes no interior dos seus atores institucionais estratégicos.

2-ASPECTO GEOGRÁFICO DA GUINÉ-BISSAU: APONTAMENTO INICIAL

Para situarmos melhor no tema, seria pertinente caracterizar geograficamente a Guiné-Bissau para situar o leitor o maior esclarecimento em qual contexto estamos analisando a questão das mulheres nas questões políticas e de tomada de decisão. A Guiné-Bissau, oficialmente República da Guiné-Bissau, é um estado de democracia constitucional, localiza-se na costa ocidental da África, com uma superfície de 36.125 km², conta com cerca de 350 quilômetros de costa marítima. Tem fronteira com Senegal ao norte, a leste e a sudeste com a República da Guiné-Conacri e ao sul e a oeste com o Oceano Atlântico. O país é constituído, além da parte continental, pela parte insular, composta pelos arquipélagos dos Bijagós com 88 ilhas, e no seu território continental, por uma baixa zona plana estendendo-se até à planície do Senegal, com vários rios, dentre os quais se destacam: Cacheu, Buba, Geba, Mansoa e Corubal. (SEMEDO, 2005; MANÉ, 2006).

A Guiné-Bissau está dividida em três províncias (Norte, Sul e Leste), oito (08) regiões administrativas (Bafatá, Gabú, Oio, Cacheu, Tombali, Quinara, Biombo e Bolama Bijagós) que fazem parte do território continental, contando com o setor autónomo de Bissau (capital do país) e trinta e sete (37) setores, constituídos por seções, compostas por aldeias; 31% da população vive na capital Bissau. As principais cidades do país são: Bissau (a capital, que fica no setor autónomo de Bissau), Bafatá, Gabú, Bissorã, Bolama, Canchungo, Catió, Buba. A população é de aproximadamente 1,7 milhão de habitantes, dividida em aproximadamente trinta (30) grupos etnolinguísticos, entre eles: balantas (30%, vivem na região costeira do sul), fulas (20%, concentrados no leste do território), manjacos (14%, ocupam as áreas costeiras do centro e norte), mandingas (13%), papéis (7%), mancanhas, beafadas, bijagós, felupes, entre outros. Os brancos e mestiços e/ou mulatos, com ascendência mista de portugueses, guineenses nativos e cabo-verdianos, são menos de 2%. Hoje na Guiné-Bissau o português é falado por cerca de 11% da população -, que é considerado língua oficial, mas que, na prática, só é falado nas escolas, ou melhor, nas ‘salas de aula’, em alguns ‘departamentos’ e também é utilizada na comunicação com estrangeiros que se encontrem no país. Devido à falta da prática do português, muitos jovens, principalmente os da nova geração, estão cada vez mais com maior dificuldade de falar a língua, no dia a dia, a língua portuguesa é substituída pelo crioulo.

A maioria da sua população encontra-se no campo e vive da prática da agricultura de subsistência, como aponta o relatório do DENARP,

O país produz e exporta, por ano, 135. 500 toneladas de castanha de caju, o que rende 60 milhões de dólares por ano, dependendo da conjuntura econômica mundial. No continente africano, situa-se na terceira posição no ranking dos países produtores de castanha de caju e sexta a nível mundial (DENARP II, 2011, p.78).

A agricultura representa 56% da economia da Guiné-Bissau. A indústria responsabiliza-se por 13% e os serviços contribuem com aproximadamente 31% de seu PIB. Além de responsabilizar-se pela geração da maior parte do PIB local, a agricultura é também o principal indutor de mão-de-obra, ocupando cerca de 80% da população economicamente ativa. A agricultura tem como principal atividade o cultivo da castanha de caju (o principal produto da pauta guineense) e o algodão. Citam-se também as culturas de arroz, milho, feijão, café, batatas e cana-de-açúcar, além de frutas tropicais. O país tornou-se independente de Portugal em 24 de setembro de 1974, através da luta armada (1963-1974), levada a cabo pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, (PAIGC), liderado por Amílcar Cabra e seus colegas. A Guiné-Bissau, após a proclamação da independência em 1974, passou a ser dirigida por um regime de partido único do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Hoje a Guiné-Bissau é um país semipresidencialista, no qual o Presidente e o Primeiro Ministro são eleitos pelo sufrágio universal, este último, através do partido mais votado. O sistema político tem três grandes poderes: Judiciário (Tribunais), Legislativo (Assembleia Nacional Popular) e Executivo (Governo). A moeda da Guiné-Bissau é o franco CFA, também usada por mais sete países da UEMOA (União Econômica e Monetária Oeste-Africana). Segundo os dados do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento -IPAD (2004), 50% dos guineenses continua a manter a religião tradicional africana e/ou animista, o islamismo é seguido por cerca de 40% da população, enquanto que o cristianismo é seguido por 10% de guineenses. (IPAD, 2004).

O projeto apresentado almeja fazer um estudo sobre as mulheres na política internacional, especificamente as de nacionalidade guineense. A Guiné-Bissau vive uma crise política desde 1998, mas que se agravou ainda mais desde abril de 2012, último golpe militar. Após a últimas eleições gerais Legislativas e Presidenciais em 2014, o país vinha mantendo certa estabilidade até agosto de 2015 quando o Presidente da República derrubou o primeiro ministro do seu partido PAICG, vencedor das eleições legislativas, então de lá para cá, o país voltou a viver uma das piores crises política institucional

(nacional, internacional da sua história recente). No entanto, isso de certa forma levou a pensar na participação das mulheres na sua política, sabe-se que depois da Carmen Pereira¹, nenhuma mulher voltou a assumir o cargo da presidência de república daquele país.

Segundo Arvanitis (2014), na Guiné-Bissau as disparidades entre homens e mulheres no acesso às oportunidades de desenvolvimento do capital humano permanecem. No domínio da educação, se a taxa de matrícula das meninas (moças) relativamente aos homens era de 93.2% em 2010, de acordo com os últimos dados disponíveis, a representação relativa das meninas diminuiu significativamente no nível secundário (51%) devido aos índices de repetência e de abandono escolar superiores (57% contra 46% para os rapazes. As meninas são as mais prejudicadas, pois são chamadas pelas mães para ajudarem nas tarefas domésticas, assim como nas atividades geradoras de rendimento, para o sustento da família. O casamento e a gravidez precoces são também fatores que não favorecem a participação de meninas na escola, acabando esse elemento por estar na origem da fraca participação da mulher na vida política e nas esferas de tomada de decisão. Portanto, preconiza-se a eliminação paulatina das disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário.

¹ Carmen Pereira tornou-se o símbolo feminino da luta pela libertação da Guiné-Bissau. Trata-se da primeira mulher a ocupar a presidência de um país africano e única Presidente da História da Guiné-Bissau. Foi durante três dias, em 1984, a presidente em exercício,

3- DISCUSÃO TEÓRICA PARA ENTENDER AS MULHERES GUINEENSES NA TOMADA DE DECISÕES POLÍTICAS

A questão teórica principal desse trabalho é o de reflexão de política do gênero no contexto da tomada de decisões políticas das mulheres guineenses, a partir de uma vertente interdisciplinar de sociologia, ciência política, relações internacionais, direito e economia. As Relações Internacionais constituem um objeto cujo estudo é hoje um local privilegiado de encontro de diversas Ciências Sociais

[...] nesse sentido, o que caracteriza propriamente as Relações Internacionais é o fato delas constituírem fluxos que atravessam as fronteiras [...] Podemos pôr em evidência a especificidade das Relações Internacionais definindo-as como as relações sociais que atravessam as fronteiras e que se estabelecem entre as diversas sociedades”. (BRAILLARD, 1990, p. 82-83 e p. 86, Apud PECEQUILO, 2012, p.19).

Dentro desse campo, ainda que seja interdisciplinar nas ciências sociais, percebe-se que dentro dele, as políticas externa e de segurança continuam sendo setores predominantemente masculinos. Dentro dos próprios conceitos de prevenção e resolução de conflitos, é difícil integrar coerentemente a dimensão de gênero à origem de conflitos e à sua resolução. Com esse foco temático, a Fundação Heinrich Böll “quer integrar a perspectiva de gênero sistematicamente em todas as questões relativas à ‘guerra e paz’, uma tarefa ambiciosa e muito difícil” (CORSO, 2007, p.9).

Além do mais, política de gênero é hoje tão relevante e necessária quanto era no passado, mesmo que a sociedade e o contexto sociocultural sejam atualmente diferentes. As relações e as hierarquias entre os gêneros estão estreitamente ligadas às transformações políticas, sociais e, sobretudo, econômicas. “Mesmo que as conjunturas de poder e interesse estejam em constante transformação, são justamente as estruturas hierarquizantes entre os gêneros as que permanecem profundamente enraizadas nas instituições e organizações da sociedade” (CORSO, 2007, p.5). De acordo com Miguel & Biroli (2004) a desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada nem escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie.

No entanto, entende-se que a participação política está intrinsecamente interligada e articulada à consciência política. No entendimento de alguns autores, como Betânia Gonçalves

a qualidade e o tipo de consciência política mantêm uma relação de interdependência, tendo em conta todo o caminho percorrido na socialização política do sujeito; e deve-se ter em consideração o contexto histórico, político, cultural e social, enquanto fatores que influenciam na construção da consciência e da participação política de cada pessoa (BETÂNIA GONÇALVES 2007, Apud BARROS & SEMEDO, 2013, p.24)

As mulheres são sub-representadas na arena política em escala global, como mostram os dados da *Inter-Parliamentary Union* (IPU). Essa situação configura-se em um tema a ser investigado na medida em que as mulheres perfazem a metade da população e do eleitorado, bem como um grande contingente do mercado de trabalho. Todavia, sua presença é escassa quando se trata da elite política e, conseqüentemente, as mulheres estão afastadas do processo decisório e dos espaços de exercício do poder.

A teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como o ponto de partida as desigualdades de gênero. Com análise, evidenciam-se alguns dos limites mais importantes das instituições vigentes, que, a despeito de suas pretensões democráticas e igualitárias, naturalizam e reproduzem assimetrias e relações de dominação. Evidenciam-se também limites das teorias políticas tradicionais, “que tendem a aceitar sem questionamento a distinção entre esfera pública e a esfera privada e que são cegas a relevância política da desigualdade de gênero, em certo sentido, toda a teoria feminista é política” (MIGUEL & BIROLI, 2014, p.7).

Na concepção desses autores ainda, é evidente que a baixa representação das mulheres nos poderes governamentais indica uma forma de desigualdade incorporada no sistema político. Mas não se pode perder de vista que, por si só, a maioria presença dos ingressantes de grupos dominados nos espaços de poder não eliminará nem reduzirá de maneira substantiva a desigualdade política. Ela apenas fará com que o conjunto de tomadas de decisão se torne mais diversificado e, portanto, similar ao corpo social.

O acesso a posições formais na estrutura de poder não significa que se esteja, automaticamente, em posição de igualdade em relação a outros agentes que lá se encontram. A política se organiza na forma de um “campo”, no sentido atribuído ao termo pela sociologia de Pierre Bourdieu (2011). É um espaço social estruturado, que possui uma hierarquia interna própria e que exige, dos agentes que nele ingressam, a aceitação

de determinada lógica e de certos padrões de comportamento, sob pena de serem marginalizados. Constituído historicamente como um ambiente masculino, o campo político trabalha “contra” as mulheres (bem como os integrantes de outros grupos em posição de subalternidade), impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem a posições de maior prestígio e influência, mesmo depois de terem alcançado cargos por meio de votos.

Sem dúvida, a Plataforma de Ação de Beijing da Conferência Mundial sobre a mulher de 1995 foi um marco internacional para a política de gênero, em que, pela primeira vez, a categoria gênero foi introduzida no âmbito da política internacional. “Com ela, reconheceu-se que os papéis atribuídos aos gêneros e às relações que estes cultivam entre si estão incorporados nos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais e, assim, passíveis de transformação” (CORSO, 2007, p.4).

As grandes conquistas relativamente ao avanço dos direitos humanos das mulheres foram alcançadas através de movimentos da sociedade civil de mulheres, que conseguiram mobilizá-las em torno de causas comuns. São exemplos disso o movimento do sufrágio das mulheres (direito ao voto e de se candidatar para cargos políticos) que teve origem em França no fim do século XVIII, alastrando depois a todo o mundo. “Formaram-se inúmeras organizações nacionais e internacionais de mulheres, que, em conjunto, conseguiram influenciar a arena política nacional e internacional para conquistarem o direito de as mulheres participarem em todos os domínios da política” (ANDERLINI, 2007; GOETZ, 2009; Apud BARROS & SEMEDO, 2013, p.17).

No caso da Guiné-Bissau, as mulheres representam a maioria da população, mas fazem parte dos grupos vulneráveis. No entanto, segundo Barros & Semedo (2013) esse grupo social

apresenta níveis notoriamente mais baixos de educação do que os homens; uma baixa representação na administração pública; desempenham os trabalhos mais precários com rendimentos mais baixos e acumulando trabalho doméstico e trabalho produtivo; os casamentos e gravidezes precoces são outros fatores que lhes diminuem o acesso às oportunidades de educação e desenvolvimento profissional. (BARROS & SEMEDO, 2013, p.17).

As mulheres constituem cerca de 50% do eleitorado recenseado; a taxa de analfabetismo da mulher adulta está acima de 70%. “Com menos acesso à educação e vivendo mais na pobreza do que os homens, as mulheres estão, sem dúvida, em

desvantagem política quando se trata de serem incluídas nas listas partidárias e nas estruturas de tomada de decisão política” (UE, 2009, p.9, Apud SANTY, 2010, p.2).

Nestes termos, segundo Miguel & Biroli (2014, p.105), “apesar dos avanços da presença das mulheres na política nas últimas décadas, o discurso político delas continua carregando os signos de sua subalternidade social”. No entanto, para Corso (2007), o ex-Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, constatou em 2002 durante a apresentação do “Relatório das Nações Unidas sobre as Mulheres, a Paz e a Segurança”, que: “em nenhuma sociedade, as mulheres possuem o mesmo status que os homens”.

Abordar o tema da participação feminina na construção da cidadania ativa na Guiné-Bissau é um exercício complexo. Naquele país, as mulheres insurgiram-se ao lado dos homens desde os tempos da resistência à conquista colonial e também durante a luta pela independência. “Demonstraram uma reconhecida capacidade em se implicar em ações em prol da preservação e da restauração da liberdade confiscada durante a experiência colonial” (GOMES, 2016, p.125).

A despeito disso, compartilhamos também a afirmação de que a luta de libertação nacional foi um período de mudança na vida das mulheres guineenses, pois foi um momento em que a perspectiva de vida da camada feminina se alterou. Com isso

o espaço de ação alarga-se do privado, doméstico para o público; a militância política e a participação como guerrilheira e profissional das mais diversas áreas, abrindo-se, assim, o caminho para a grande aventura da construção da cidadania das mulheres guineenses (BARROS & SEMEDO, 2013, p.26).

Ainda segundo os autores citados, os partidos podem também determinar até que ponto as questões que concernem e preocupam especialmente as mulheres se tornam parte do debate político nacional e são tidas em conta, de uma forma séria e comprometida, no sentido de se legislar sobre o aumento da participação política das mulheres. Esta posição é reforçada por Monteiro (2008, p.115 apud BARROS & SEMEDO, 2013, p.24) que afirma que “a persistente sub-representação feminina interpela o próprio sistema de representação democrática, com responsabilidades para os partidos políticos pela tendência para a sua masculinização”. Nestes termos ainda, entende-se que

a criação da União Democrática das Mulheres da Guiné e de Cabo Verde- UDEMU em Guiné-Conacri, no ano de 1961, cuja finalidade foi a consciencialização e a preparação política e ideológica das mulheres, bem como o desenvolvimento de uma ação diplomática no sentido da captação de recursos materiais e financeiros para a luta armada, pode

ser considerada como uma das principais estratégias de emancipação postas em prática pelo PAIGC” (GOMES,2016, p.128).

Diante da consciência que se tem da fraca participação das mulheres na política e no poder, as organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais, as organizações das mulheres e os sucessivos governos da Guiné-Bissau têm procurado conhecer quais as razões subjacentes a essa questão. Barros & Semedo, (2013, p.25), analisa

os dados estatísticos apontam para seguintes números e taxas; os diagnósticos mostram que por detrás desses números estão os fatores educativos, culturais, históricos, económicos; a experiência e as histórias de vida contadas por mulheres mostram-nos que muitas respostas a esta situação anómala estão na educação familiar e na escola, espaços das primeiras interações das crianças e dos/as jovens com o meio, e desses com pessoas estranhas à família.

Portanto, esses lugares, são espaço de excelência da construção de mentalidades e estruturação de atitudes, quer através da imitação dos colegas ou dos adultos que se consideram referências a serem seguidas, quer por meio daquilo que é transmitido pelos professores e pelas professoras e dos manuais escolares: estereótipos, adjetivações, desqualificações que por vezes provocam a baixa autoestima e funcionam como fator de desencorajamento na tomada de decisão de participar na política e de lutar para atingir os mais altos patamares da política.

Dessa forma, entende-se que mesmo depois de todo processo inicial na Guiné-Bissau no período de luta de libertação nacional, ainda existe uma grande diversificação da inferioridade feminina no nosso meio, dentre eles o mercado de trabalho, o esporte, a política, entre outros. Isso se deve ao fato do olhar protótipo de que a mulher nasceu para desempenhar a reprodução e os cuidados domésticos, enquanto os homens são direcionados ao poder e a produção. Nesse sentido, corroboramos com Silva (2011, p.43) onde afirma que “construir novos valores de equidade de gênero, novos paradigmas de convivência social é um desafio a ser enfrentado para que mais mulheres possam definitivamente viver em uma sociedade igual para homens e mulheres”.

Para a mencionada autora,

as relações de poder que estruturam e organizam a sociedade que se manifestam nos valores sociais e nas convenções de gênero que se inter-relacionam criando uma rede complexa e dando corpo a problemática da baixa participação das divisões sexuais e raciais do trabalho, que se origina basicamente em uma esfera masculina de tomada de decisões e reproduz preconceito no qual as mulheres não são consideradas para ocupar cargos de poder e decisão (SILVA, 2010, p.29).

Dentro do espaço da política e da tomada de decisão, seria importante ressaltar a análise de Maíra Vale (2012), onde afirma que,

há muito que se chamar atenção para o estudo sobre a presença das mulheres nos espaços de decisão e políticos, o que se justifica e é, sem sombra de dúvida, um elemento transformador sob diversas óticas, não apenas – como se costuma frequentemente dizer – por uma questão quantitativa (as mulheres são a metade da população) ou por questões essencialistas (“porque cuidam bem dos outros”), mas, sobretudo, pelos próprios interesses das mulheres, visto que os valores predominantes da família patriarcal limitam às mulheres direitos como: o acesso e controle do produto do seu trabalho, o status de sujeitos na história, e, até mesmo, o exercício do poder. (VALE, 2012, p.18)

Podemos perceber na citação acima, que a principal causa da existência de desigualdade de gênero e da inferioridade da mulher em diferentes espaços se dá pelo padrão de vida doméstica estipulado a ela, onde o controle das funções de liderança política e moral é destinada aos homens, limitando as mulheres seus direitos, sendo vista na maioria das vezes como a dona de casa ou como a esposa das autoridades políticas, deixando seus valores escondidos, sem poder ser ela própria.

Seguindo nessa linha de pensamento, sabemos das lutas diárias que as mulheres tiveram que enfrentar para sair do papel de coadjuvante e conquistar seu espaço na sociedade, uma vez que essa supremacia não existia apenas por gênero ou por parte da ideia de que o homem era superior a mulher, mas também existia uma ascendência entre as mesmas, isto é, as mulheres com melhores condições econômicas, que tinham uma família ligada diretamente a política tinha mais facilidades de conquistar seus objetivos e expressar suas ideias, onde muitas vezes conseguiam cargos políticos através da representatividade de um membro da família já inserido na vida política. Oro (2010) explica esse fato quando diz que em uma sociedade capitalista que a mulher está inserida pode-se destacar que o dinheiro e o poder estão diretamente relacionados, acarretando desigualdade social, e principalmente desigualdade quando se refere a relações de gênero, ou seja, existem desigualdades também em fatores como contexto econômico, étnico e cultural. Em outros contextos aplicando-se ao mesmo fator, Barros (2014) aborda que a maioria das mulheres que ocupam cargos de poder político são casadas, muitas delas já possuíram uma trajetória política sendo primeira dama ou são filhas de políticos tradicionais.

Segundo Noremberg e Antonello (2016), o homem sempre foi considerado o elemento que dirige a esfera pública, que envolve as relações culturais, sociais e políticas,

já a mulher é o elemento que dirige a esfera privada, cuidando da casa e acatando as decisões do homem. As mesmas também relatam que

A mulher sempre sofreu a condição de ser submissa, de ser responsável pelo lar, de criar os filhos e cuidar do companheiro. Porém, nas últimas décadas esse quadro tem se modificado e a presença feminina busca novos olhares na sociedade. (NOREMBERG; ANTONELLO, 2016, p.3)

A partir dessa afirmação, NoreMBERG e Antonello (2016) ressaltam que surge uma mulher contemporânea, que vai a busca de direitos iguais tanto na vida profissional como política, que anseia dar sua contribuição para uma sociedade moderna. Rosangela da Silva (2010) partilha da mesma ideia quando diz que a mulher está saindo da condição de auxiliar no mercado de trabalho e vai se preparando para enfrentar novos desafios e assumir funções mais estratégicas nas cooperações.

Abordando a mesma temática Maísa Vale afirma que

Mulheres fugiram à regra, burlaram o discurso de ordem de gênero patriarcal e lançaram-se para além do espaço doméstico, ganhando notoriedade numa área predominantemente masculina, unindo sua voz a de tantas outras que tiveram um papel relevante na sociedade soteropolitana no final do século XX e início do XXI, tornando mais evidente a luta das mulheres em prol da emancipação deste segmento e sua inserção nos espaços de poder político. (VALE, 2012, p.3)

Não obstante, Silva (2010) reitera que mesmo diante de muitas barreiras e conquistas no mercado de trabalho, as mulheres ainda enfrentam no cenário atual desigualdade de cargos, funções e salários com relação aos homens, sustentando a ideia de que é necessária a equidade de gênero como forma de extinção da exclusão social. Da mesma forma, afirma que apesar das mulheres estarem numericamente em igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho, elas ainda recebem salários inferiores e dificilmente ocupam cargos de chefia, ou seja, apesar das mulheres ter conquistado um espaço mais amplo na sociedade a sua participação na política ainda é pequena.

Partindo dessa concepção de Silva (2010), que diz que as mulheres raramente estão presentes em cargos que exercem poder político, pode-se notar que de certa forma a mulher ainda está associada ao cuidado do outro e ocupa atividades ligadas a essa visão, isto é, ela ocupa um vasto espaço em hospitais, escolas e serviços domésticos, já nas esferas de decisão e poder ela ainda tem uma sucinta presença.

Diante da desigualdade de cargos políticos enfrentados pelas mulheres, podemos falar de forma breve sobre uma tentativa de soluções para a igualdade de gênero nos

espaços de decisão político, que é a política de cotas para as mulheres, onde Vaz relata que,

A lei de cotas não pode ser vista como uma medida isolada, mas como um instrumento de efeito mais rápido que pode criar condições mais favoráveis a implementação de outras reivindicações femininas. Ademais, o debate que se estabeleceu na sociedade a partir desta lei abre possibilidades para ampliar o número de mulheres nas esferas de poder, contribuindo para tornar mais visível os obstáculos que impedem sua integração à vida política. (VAZ, 2008, p.56)

Em relação à política de cotas como forma de inserir uma maior representatividade feminina na política, Rosangela da Silva (2010) afirma que,

no Brasil, a Lei de Cotas se mostra ineficaz para garantir o acesso maior da presença feminina nas instituições políticas. Além disso, cotidianamente, nos espaços públicos e privados, se reproduz o pensamento de que os cargos de decisão não foram feitos para serem ocupados por mulheres. (SILVA, 2010, p.29)

Segundo Veras (2013) existe uma importância de focar-se nos diferentes fatores que refletem na baixa representatividade política das mulheres, é necessário estar cientes da real perspectiva da política de cotas, não se pode esperar desse instrumento uma forma de acabar por inteiro as desigualdades de sexos em cargos políticos, porém, para se ter os resultados esperados, carece do engajamento de procedimentos eleitorais favoráveis a mulheres.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se a partir desse trabalho que é evidente que a baixa representação das mulheres nos poderes governamentais indica uma forma de desigualdade incorporada no sistema político, mas não se pode perder de vista que, por si só, a maioria presença dos ingressantes de grupos dominados nos espaços de poder não eliminará nem reduzirá de

maneira substantiva a desigualdade política. Ela apenas fará com que o conjunto de tomadas de decisão se torne mais diversificado e, portanto, similar ao corpo social.

Parte-se do princípio que as relações entre homens e mulheres precisam ser iguais para um mundo mais justo e igualitário onde todos merecem e devem ter voz e vez, sem precisar subjugar o outro independentemente da sua condição econômica, social, cultura, religioso e sexual. No entanto, esperamos com esse estudo, conseguir promover discussões que inspirem medidas para que possamos avançar com firmeza para uma melhor participação das mulheres em todas as estruturas de tomada de decisão e contribuir para que os interesses e as necessidades de todos estejam representados nas decisões e nos processos políticos nacionais num verdadeiro sentido de promoção da cidadania.

Nesse aspecto, podemos pensar nas possibilidades do machismo ou patriarcado como sendo forma de relações sociais que impedem de certa forma a participação social das mulheres, no entanto cabe também a sociedade ou os intelectuais pensarem nos mecanismos que limitam a participação das mulheres na esfera pública, mesmo depois de mais de oitenta anos da conquista do sufrágio feminino elas permanecem marginais na política. A divisão sexual do trabalho e os estereótipos do feminino e do masculino que ela mobiliza marcam a socialização das crianças, nessa perspectiva pode-se pensar que colabora para um futuro desigual da perspectiva de relações de gênero.

Enquanto mulher africana, e guineense em particular espero que esse trabalho sirva de inspiração para que todas as mulheres possam lutar pelas causas feministas, levando sempre em conta as nossas peculiaridades.

REFERÊNCIAS

ARVANITIS, Yannis. “Guiné Bissau”. In: **Perspectivas económicas em África (2014) - Países Africanos da CPLP**. Paris: AfDB, OECD, UNDP, 2014, pp. 37 – 51.

Disponível em: <www.africaneconomicoutlook.org/po>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BARROS, Fabiana Ximenes. Representações sobre a política e gênero no governo municipal do Ceará. **Perspectiva feministas de gênero: Desafios no campo da militância e das práticas**. Recife. 18º Redor, 24 à 27 de nov.2014. Disponível em: <file:///C:/Users/positivo/Documents/ARTIGOS%20DO%20TCC/Representações%20sobre%20a%20politica%20do%20ceara.pdf>. Acesso: 30 nov. 2017.

BARROS. Miguel, SEMEDO, Maria Odete da Costa. **A Participação das Mulheres na Guiné-Bissau na Política e na Tomada de Decisão: Da consciência, percepção à prática política**. Guiné-Bissau, UNIOGBIS, 2013.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CORSO. Caroline “**Política de gênero faz a diferença**”: **O futuro da política feminista e da democracia de gênero na Fundação Heinrich Böll**. A Fundação Política Verde. In: **Política de gênero faz a diferença** – Berlim, outubro de 2007.

_____. **Decreto n.º 17/2010** (Aprova os Estatutos do Instituto da Mulher e Criança).

GOMES, Patrícia Alexandra Godinho. “**As outras vozes**”: **Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau**. Odeere: **revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade** – UESB/Bahia, Ano 1, número 1, Janeiro – Junho de 2016.

GUINÉ-BISSAU. ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR. **Constituição da República**. Dez. 1996, 37p.

_____. **INEC (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS)**. Guiné-Bissau em Números 2005. Bissau: Nova Gráfica, Lda, 2005. Disponível em:

<http://www.statguineebissau.com/publicacao/GB_Numerofinal_Publica%C3%A7%C3%A3o1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2017.

_____. **IPAD**. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Guiné-Bissau. 2004. Disponível em: <<http://www.ipad.mne.gov.pt/Guineebissau/agricultura.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

MANÉ, Salimata. **As Organizações Não-Governamentais na Assistência da Infância e Juventude em Guiné-Bissau**. 2006. 65 p. TCC (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe, BIROLI, Flavia. **Feminismo e Política: Uma introdução**. 1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2014.

NOREMBERG, Alessandra. ANTONELLO, Isabelle Pinto. **A trajetória feminina na política**. 2016.

ORO, Mara. Analisar a participação do gênero feminino em cargos representativos no município Pólo do extremo oeste de Santa Catarina- São Miguel do Oeste. **Fazendo gênero**, Diáspora, Diversidades, deslocamentos, 23 a 26 de ago 2010. Disponível em: file:///C:/Users/positivo/Documents/ARTIGOS%20DO%20TCC/1278298760_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-Mara.pdf Acesso em: 01 dez. 2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato – Política Internacional**/ Brasília: Funag, 2012.

_____. **Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza (DENARP II, 2011 – 2015)**. Bissau: MEPIR, 2011. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

SANTY, Amílcar Rodrigues Afonso (2010) **A mulher na política na Guiné-Bissau**. Disponível. [ttp://www.didinho.org/Arquivo/AMULHERNAPOLITICANAGW.htm](http://www.didinho.org/Arquivo/AMULHERNAPOLITICANAGW.htm). Acesso em: 15 jun. 2017.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **“Educação como direito”**. In: **Anais do Encontro Internacional de Educação**, Gravataí/RS/Brasil (CD), 2005.

SILVA, Rosângela da. **Mulher e poder: relações de gênero nas instituições de defesa e segurança nacional**. Rio de Janeiro, ESG, 2010.

STRAUSS A.; CORBIN J. **Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques**. Califórnia: Newbury Park, 1990. Disponível em: <<http://www.stibamalang.com/uploadbank/pustaka/RM/BASIC%20OF%20QUALITATIVE%20RESEARCH.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciência Social: A Pesquisa Qualitativa em Educação. O Positivismo, a Fenomenologia, O Marxismo**. São Paulo: Atlas S.A. 1994. Disponível em: <<http://paginapessoal.utfpr.edu.br/sidemar/tcc/84708933-Livro-Introducao-apesquisa-em-Ciencias-Sociais-Trivinos.pdf/view>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

VALE, Máisa Maria. **Mulher na política local: Reflexões sobre a gênese da desigualdade de gênero em Salvador**. 2012

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política Brasileira: A lei de cotas**. Brasília, 2008.

VERAS, Gabriella Galdino. **A representação feminina na política Brasileira: análise sobre a efetividade da cota de gênero prevista na Lei 9.504/97**. Brasília, 2013
Mais Mulheres na política: retrato da sub-representação feminina no poder. – Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher, 2016. 164 p.: il., fots., gráfs.